00156

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ TIPO 1 □ - SUPRESSIVA 2 □ - SUBSTITUTIVA 3 □ - MODIFICATIVA ARTIGO 10 PARÁGRAFO 11 ARAIISTA de Comércio Exterior Especialista em Políticas PÚblicas e Gestão Governamental A □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □	DATA 02/09/2008	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 440/2008							
ARTIGO 10 PARÁGRAFO 11 III Analista de Comércio Exterior Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental A II II B Políticas Públicas e Gestão Governamental A III II B Políticas Públicas Povernamental B III III A Políticas Públicas e Gestão Governamental A III III A Políticas Públicas E Gestão Governamental A III III A Políticas Públicas E Gestão Governamental B III III A Políticas Públicas E Gestão Governamental B Políticas Públicas E Gestão Govern									O
Analista de Comércio Exterior Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental A II II B B Políticas Públicas e Gestão Governamental A II II B B Políticas Públicas e Gestão Governamental III A DESTIFICAÇÃO O acordo celebrado entre o Governo Federal e as entidades sindicais representativas dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e Auditores-Fiscais do Trabalho prevê reenquadramento idêntico ao aqui proposto (consoante Anexo I da MP 440). O mesmo tratamento deve ser concedido às Carreiras de Gestão Governamental (seção 3, art. 10 da MP 440). A justificativa para o reenquadramento é que, durante determinado período, a progressão durante o estágio probatório foi vedada, tendo sido posteriormente permitida. Aqueles que ingressaram nas carreiras quando a progressão foi vedada, de 2000 a 2003, se encontram em defasagem nas suas classes/padrões em relação aos que ingressaram posteriormente a 2003. Uma vez que essa situação está sendo corrigida na Medida Provisória para uma carreira, não há porque não estende-la às demais que sofreram a mesma iniquidade. Por isso mesmo entende-se que seja justo que o conjunto de servidores dessas carreiras, que se encontram em situação semelhante, tenham igual tratamento, isso em respeito aos princípios do tratamento sonomico, da razoabilidade e da impessoabilidade da Administração pública.									
Exterior Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental A II II B Políticas Públicas e Gestão Governamental A II II B Políticas Públicas e Gestão Governamental B Políticas Públicas e Gestão Governamental III A Políticas Públicas e Gestão Governamental JUSTIFICAÇÃO O acordo celebrado entre o Governo Federal e as entidades sindicais representativas dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e Auditores-Fiscais do Trabalho prevê reenquadramento idêntico ao aqui proposto (consoante Anexo I da MP 440). O mesmo tratamento deve ser concedido às Carreiras de Gestão Governamental (seção 3, art. 10 da MP 440). A justificativa para o reenquadramento é que, durante determinado período, a progressão durante o estágio probatório foi vedada, tendo sido posteriormente permitida. Aqueles que ingressaram nas carreiras quando a progressão foi vedada, de 2000 a 2003, se encontram em defasagem nas suas classes/padrões em relação aos que ingressaram posteriormente a 2003. Uma vez que essa situação está sendo corrigida na Medida Provisória para uma carreira, não há porque não estende-la às demais que sofreram a mesma iniquidade. Por isso mesmo entende-se que seja justo que o conjunto de servidores dessas carreiras, que se encontram em situação semelhante, tenham igual tratamento, isso em respeito aos princípios do tratamento isonômico da razoabilidade e da impessoabilidade da Administração pública.			INCISO		ALÍNEA		PÁGINA		
O acordo celebrado entre o Governo Federal e as entidades sindicais representativas dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e Auditores-Fiscais do Trabalho prevê reenquadramento idêntico ao aqui proposto (consoante Anexo I da MP 440). O mesmo tratamento deve ser concedido às Carreiras de Gestão Governamental (seção 3, art. 10 da MP 440). A justificativa para o reenquadramento é que, durante determinado período, a progressão durante o estágio probatório foi vedada, tendo sido posteriormente permitida. Aqueles que ingressaram nas carreiras quando a progressão foi vedada, de 2000 a 2003, se encontram em defasagem nas suas classes/padrões em relação aos que ingressaram posteriormente a 2003. Uma vez que essa situação está sendo corrigida na Medida Provisória para uma carreira, não há porque não estende-la às demais que sofreram a mesma iniquidade. Por isso mesmo entende-se que seja justo que o conjunto de servidores dessas carreiras, que se encontram em situação semelhante, tenham igual tratamento, isso em respeito aos princípios do tratamento isonômico, da razoabilidade e da impessoabilidade da Administração pública.	Exterior Especialista em Públicas	Políticas				В	Exterior Especialista Políticas Pú e Gestão	a em Iblicas	
	dos Auditores-Fis prevê reenquadra mesmo tratamento 3, art. 10 da MP 4 A justificativa par permitida. Aqueles 2000 a 2003, se que ingressaram corrigida na Medidemais que sofrer Por isso mesmo carreiras, que se e respeito aos princi	cais da Remento idêr o deve ser 40). Ira o reer o estas que ingre encontram posteriorm da Provisó am a mesmentende-sencontram (pios do tra	Governo eceita Fentico ao a concedio nquadran ágio pro essaram em defanente a para na iniquica e que e em situa	p Federal dederal de aqui prodo às Constant de aqui prodo às Constant de aqui prodo às carres agem de aque de aque de aque agen quant de aque aque aque aque aque aque aque aqu	al e as e o Brasil posto (c arreiras e que, foi ved eiras qu nas suas Jma vez arreira, r o que o nelhante co, da ra	e Audito onsoante de Gestă durante d ada, tendando a pr s classes/ z que est aão há po conjunte tenham i	ores-Fiscais Anexo I da o Governan determinado do sido po rogressão fo padrões em sa situação orque não e o de servicigual tratame	do Trabal MP 440). nental (seç período, esteriormer oi vedada, n relação a está sen estende-la lores dess ento, isso e	ho ão ante de do às as em